

Sr. Alexandre de MORAES
Presidente
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

15 de setembro de 2022

Nós, abaixo assinados, advogados, juristas, professores de direito internacional, filósofos, já havíamos, em agosto de 2018, manifestado nossa fortíssima preocupação às autoridades brasileiras face às gravíssimas violações aos princípios de um julgamento justo de quem foi vítima, antes e durante sua prisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, de um modo geral, à deslealdade com que o processo contra ele foi conduzido.

Foi assim que, em um primeiro momento, fomos levados a escrever à Sra. Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, a 9 de agosto de 2018, e, em seguida, ao então presidente da República, Sr. Michel Temer, em 23 de agosto de 2018, para informá-los de nossa inquietude, ainda que, para além da violação sistemática do respeito a esses princípios básicos, houvesse fortes indícios a nos convencer da instrumentalização para fins políticos do combate à corrupção por parte de diversos atores, incluindo, em primeiro lugar, o juiz responsável por este procedimento, Sr. Sergio Moro.

Havíamos igualmente escrito a diversos órgãos da ONU para denunciar o comportamento das autoridades brasileiras que à época se recusaram a tirar o conjunto das consequências jurídicas da decisão proferida pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, pela qual considerou-se que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia sido vítima de detenção arbitrária na acepção dos princípios que as Nações Unidas são responsáveis por fazer cumprir.

Desde então, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi total e definitivamente inocentado por decisões judiciais que hoje são definitivas.

Além disso, principalmente após uma série de investigações realizadas pela mídia internacional, ficou agora demonstrado que o juiz Sergio Moro e aqueles que inspiraram sua ação agiram apenas para fins estritamente políticos, visando desacreditar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e impedi-lo de concorrer na última eleição presidencial.

Todos lembram que o Sr. Sergio Moro, em agradecimento por "seus bons serviços", foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Jair Bolsonaro, cargo que deixou abruptamente após um curto período.

Visto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi inocentado de todas as suspeitas, queremos manifestar publicamente nossa indignação pelos repetidos ataques a quem vem sendo submetido por seu oponente nestas próximas eleições presidenciais, qual seja o presidente Jair Bolsonaro. Infelizmente, notamos que esses ataques e insultos são retransmitidos por parte da mídia brasileira. De fato, é absolutamente inadmissível, ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido inocentado, que seu adversário publicamente continue referindo-se a ele como "criminoso", "delinquente" e, de um modo geral, tente convencer a opinião pública brasileira de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria sido injustamente inocentado e que todos deveriam considerá-lo culpado dos atos de quem foi injustamente acusado. A pedido dos advogados de Lula da

Silva, o Tribunal Superior Eleitoral proferiu inúmeras decisões, determinando a retirada das redes sociais de conteúdos falsos e desinformações publicadas pela fábrica de fake news de Bolsonaro e seus aliados.

Assim que um candidato postula a Presidência da República em um grande país democrático como o Brasil, e, evidentemente em todo o mundo, é impensável que o respeito devido a uma decisão judicial definitiva seja pisoteado, a fortiori de forma sistemática, bem como uma decisão proferida pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas em 28 de abril de 2022 (<https://www.ohchr.org/em/press-releases/2022/04/brazil-criminal-proceedings-against-former-president-lula-da-silva-violated>).

É inaceitável que, ao fazê-lo, o presidente Jair Bolsonaro e certos meios de comunicação tentem validar a ideia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia de alguma forma ser considerado culpado pelos fatos que lhe foram injustamente atribuídos e pelos quais foi definitivamente inocentado.

Isto posto, é nosso dever compartilhar com todos aqueles que prezam o respeito a esses princípios nosso estupor e nossa indignação. Apelamos ao presidente Jair Bolsonaro e à mídia que veicula tais declarações para que demonstrem todo o rigor e responsabilidade necessários para que o debate público possa continuar de acordo com os princípios de lealdade e probidade que devem ser os de um grande país democrático.

É a própria integridade do escrutínio presidencial e a democracia brasileira que estão hoje em perigo.

Neste sentido, é nossa intenção sinalizar nossa confiança nas instituições brasileiras e expressar nosso apoio sincero aos esforços realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral para fazer frente aos ataques desdobrados por aqueles que buscam comprometer a regularidade do processo.



William BOURDON

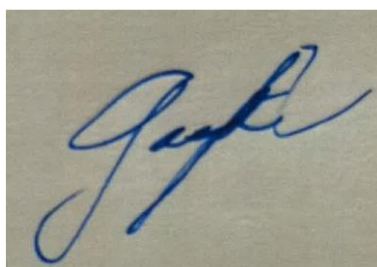
Advogado no Tribunal (Paris)

Ex-Secretário Geral da Federação Internacional para os Direitos Humanos (FIDH)



Amélie LEFEBVRE

Advogado no Tribunal (Paris)



Gaspard ESTRADA

Cientista político

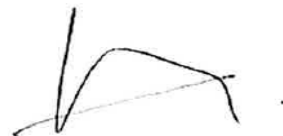
Especialista em América Latina, Science-Po



Baltasar GARZÓN
Juge Magistrat. Avocat (Madrid)
Président FIBGAR.



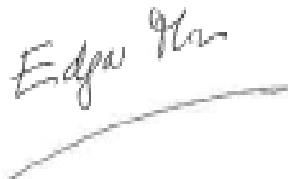
Christophe MARCHAND
Advogado no Tribunal (Bruxelas)



Jean-Pierre MIGNARD
Advogado no Tribunal (Paris)



Philippe TEXIER
Conseheiro Honorário do Tribunal de Cassação francês,
Ex-presidente do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas



Edgar MORIN
Diretor de Pesquisa emérito da centro nacional de investigação científica (CNRS)



P/O

Adolfo PEREZ ESQUIVEL
Prêmio Nobel da Paz 1980
Artista



Patrick WEIL

Cientista político

Diretor de pesquisa do centro nacional de investigação científica (CNRS)



Henri LECLERC

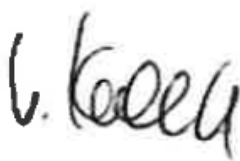
Advogado no Tribunal (Paris)

Presidente Honorário da Liga para os Direitos Humanos (LDH)



Dr. Joan E. Garcés

Prêmio Nobel Alternativo 1999 (Right Livelihood Foundation, Stockholm)



Wolfgang KALECK

Advogado no Tribunal (Berlin)

Presidente da Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e Humanos (ECCHR)



P/O

Alain JOXE

Pesquisador da escola de estudos avançados em ciências sociais



Barbara CASSIN

Filósofo